

Parques Marinhos – Desafios em sua gestão – O Caso do Parnam dos Abrolhos

Oc. Henrique Horn Ilha - chefe do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Todos os ecossistemas naturais estão fortemente pressionados em todo planeta, e com os ambientes marinhos o quadro que se apresenta não é diferente. Os ecossistemas marinhos, através do mundo, estão sendo crescentemente ameaçados pela poluição, sobreexploração, degradação de seus recursos, dano e destruição de habitats e outros males conseqüentes do desenvolvimento humano. A biodiversidade está especialmente em risco e sua conservação é, portanto, prioritária. Lagoas costeiras, manguezais, praias e as áreas costeiras submersas, recifes, costões e a própria plataforma continental encerram ecossistemas únicos e riquíssimos que vêm sendo agredidos e que devem ser protegidos (IBAMA/GTZ, 1997).

Embora as preocupações conservacionistas tenham se desenvolvido em primeiro lugar nos ecossistemas terrestres, a mística de que os oceanos eram inesgotáveis e pouco sensíveis aos impactos foi desfeito à medida que as pesquisas e prospecções nos oceanos ampliaram-se e aprofundaram-se. Ficou evidente que as áreas marinhas dispõem de grande diversidade biológica e que os oceanos exercem um papel essencial nos ciclos climáticos e em outros grandes processos naturais em escala global.

A idéia da conservação de uma área marinha nos moldes das terrestres, com os objetivos de preservação e observação científica somente foi defendida por biólogos marinhos por volta de 1950 (JOLY, 1969). Em 1962, na Primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais, em Seattle, foi feita, pela primeira vez, a recomendação para que todas as nações do mundo criassem parques nacionais marinhos.

Na verdade, a data de criação do primeiro parque marinho é controversa. Sabe-se que em 1925, no Alasca, foi criado o *Glacier Bay National Monument*. Em 1963, o Japão criou o Comitê dos Parques Marinhos. Em 1964 foi criado o *Tsitsikamma National Park*, o primeiro parque nacional marinho da África. No Canadá, foi o *Fathom Five National Marine Park* e nos EUA, em 1975, foi criado o primeiro santuário marinho nacional onde naufragara um navio da Guerra Civil, o *USS Monitor*. Também em 1975, a Austrália criou

o que é hoje o maior parque marinho do mundo: o *Great Barrier Reef Marine Park*. No Brasil, o primeiro parque nacional marinho criado foi o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

A delimitação de áreas protegidas marinhas é considerada atualmente uma das estratégias mais eficazes para proteção de ambientes marinhos (BAKER, 2000). Segundo a IUCN (apud CDB, 2003), o objetivo primordial das áreas marinhas protegidas é conservar a diversidade biológica e a produtividade dos oceanos.

A Lista das Nações Unidas sobre áreas protegidas de 2003 (CDB, 2003) compreende 102.102 áreas, cobrindo 18,8 milhões de km². Estima-se que as áreas protegidas terrestres ocupam 17,1 milhões de km², ou seja, 11,5% da superfície mundial emersa. Infelizmente, as regiões marinhas ainda são pouco representadas na rede mundial de áreas protegidas. As áreas protegidas marinhas cobrem cerca de 1,64 milhões de km² – menos de 0,5% dos oceanos e menos de um décimo da extensão das áreas protegidas.

Estudos têm demonstrado que as áreas marinhas devem ser administradas diferentemente das áreas terrestres, o que, em geral, não ocorre (MARCHAND, 2004). Uma análise mais aproximada demonstra que as áreas terrestres e marinhas apresentam diferenças fundamentais.

A natureza dos ecossistemas marinhos é diferente dos ecossistemas terrestres, por serem sistemas abertos, vastos e dinâmicos. Muitos processos ecológicos ocorrem num ritmo veloz. Espécies migram para satisfazer suas necessidades alimentares ou ciclos reprodutivos. Ao contrário, nos parques terrestres, os componentes são essencialmente fixos e o ritmo é mais lento. Além disso, os parques marinhos são afetados diretamente pelas atividades marítimas internacionais. A poluição pode ser devastadora, atingindo extensas áreas. A sobrepesca internacional também preocupa e os marcos regulatórios internacionais e nacionais buscam fortalecer ferramentas que agreguem sustentabilidade à atividade extrativa. Os parques marinhos são ferramentas importantes nesse contexto, favorecidos pela conexão possibilitada por ser um ecossistema aberto. Em muitos locais do planeta, já são observados os efeitos da desertificação da fauna marinha. Algumas espécies marinhas são descobertas e poucos anos depois entram em extinção. Os parques

marinhos podem resguardar espécies ameaçadas e muitas vezes a recuperação de uma estoque ocorre em um curto espaço de tempo, comparado a um ecossistema terrestre. A sensibilização da sociedade é dificultada pelo distanciamento do cidadão comum e dos tomadores de decisão. Além disso, tem-se maior consciência das riquezas naturais nos parques terrestres, que estão visíveis ao público leigo e são frequentemente valorizadas. Nos parques marinhos estas riquezas geralmente estão invisíveis, a menos que se pratique mergulho submarino. Nos parques terrestres também há barreiras físicas marcando os limites do parque. Nos parques marinhos, os limites são intangíveis. Também é mais difícil direcionar os visitantes em certas trilhas, como ocorre nos parques terrestres, a fim de evitar a degradação de áreas mais frágeis. O controle e a sensibilização às regras devem ter estratégias diferenciadas, pois o parque é aberto e pode-se penetrar em todos os locais. Quanto à política de gestão, nos parques terrestres esta é mais desenvolvida, sobretudo graças ao melhor conhecimento que se tem destes ecossistemas. As pesquisas marinhas, em geral, são muito caras (MARCHAND, 2004).

Em 1995, o World Resources Institute estimou que mais da metade das áreas protegidas marinhas e costeiras corriam sério risco devido ao desenvolvimento intensivo do litoral (CDB, 2003). A falta de uma gestão integrada das zonas marinhas e costeiras é uma realidade na maioria dos países e um grande problema para suas áreas protegidas. A consequência desta situação é que, no âmbito mundial, regional ou nacional, a diversidade marinha diminui em ritmo acelerado.

Os conhecimentos quanto às ameaças que pairam sobre as áreas protegidas marinhas são limitados. Segundo CDB (2003), um estudo recente, referente a 342 áreas marinhas protegidas do Sudeste da Ásia, concluiu que apenas 14% eram eficazmente administradas. Este mesmo estudo observou que as atividades antrópicas ameaçam, segundo estimativas, 88% dos recifes coralinos do Sudeste da Ásia. Para 50% destes recifes, o nível de ameaça é considerado elevado ou muito elevado (Burke et al., 2002 apud CDB, 2003). Sabe-se que os recifes de corais tropicais estão entre os ambientes mais ricos em termos de quantidades e espécies. Eles contêm um número estimado de um terço das espécies de peixes do mar, embora eles só ocupem 0,2 % da sua superfície (PRIMACK, 2001). Ao mesmo tempo, são os ambientes de extrema sensibilidade a impactos que

comumente ocorrem na costa, com o aumento de sedimentação por desmatamento, poluição, sobrepesca, coleta e pisoteamento. São considerados, junto com os manguezais, os ecossistemas com maior índice de sensibilidade ao derramamento de óleo do litoral (ISL) (ELPN/IBAMA, 2000).

Estimativas indicam que, em âmbito mundial, recifes de coral contribuem com quase 375 bilhões em bens e serviços através de atividades como pesca, turismo e proteção costeira (Wilkinson, 2002). No entanto, os recifes de coral de todo o mundo estão seriamente ameaçados. Estima-se que 27% dos recifes de coral do mundo já foram degradados irreversivelmente. No ritmo atual, previsões indicam que uma perda semelhante ocorrerá nos próximos 30 anos (WWF, 2002).

A preocupação com o estado de conservação dos recifes não é recente. Há uma década atrás, cientistas se reuniram durante o *Colloquium Sobre Aspectos Globais dos Recifes de Corais* na Universidade de Miami, quando se constatou que impactos antropogênicos sobre os recifes de corais estavam atingindo níveis alarmantes (Ginsburg, 1994).

A proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros brasileiros tem sido insistentemente recomendada na esfera governamental desde a realização do *Workshop “Avaliação e Áreas Prioritárias para a Conservação das Zonas Marinha e Costeira”*, realizado em Porto Seguro, no ano de 1999, com resultados publicados por MMA (2002). Grandes extensões destes ecossistemas foram consideradas de extrema ou muito alta importância para a conservação da biodiversidade. Ações como a implementação e ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação foram recomendadas, bem como ações específicas de gestão ambiental para a conservação da fauna marinha e dos recursos pesqueiros. Um dos resultados de maior relevância apontados por MMA (2002) foi o levantamento do estágio de conhecimento científico sobre os vários temas enfocados no projeto (recursos bióticos, ecossistemas, pressões antrópicas), que indicou grande déficit de informações, evidenciando lacunas de conhecimento. Atividades como a proposição de áreas protegidas e a verificação de sua representatividade para a conservação, o licenciamento ambiental de empreendimentos na costa e áreas marinhas, a proposição de

ações normativas para a gestão dos recursos pesqueiros e a proteção das populações de espécies ameaçadas vêm sendo sistematicamente exercidas pelas diferentes diretorias finalísticas do IBAMA sem que haja as informações técnicas capazes de conferir maior segurança na tomada de importantes decisões ambientais. Não raramente, esta instituição tem sido questionada acerca dos critérios técnicos utilizados para subsidiar suas decisões, ainda que muitas das unidades descentralizadas do IBAMA localizadas no litoral e ilhas brasileiras efetuem atividades sistemáticas em que ocorre a coleta de importantes informações ambientais (MARCHIORO, 2003).

O IBAMA conta atualmente com 51 unidades de conservação federais nas zonas costeira e marinha, as quais abrangem uma área de 3.501.033 hectares. Destas, 21 são do grupo de proteção integral (07 Estações Ecológicas, 08 Parques Nacionais, 05 Reservas Biológicas e 01 Reserva Ecológica em fase de reclassificação) e 30 são do grupo de uso sustentável (11 Áreas de Proteção Ambiental, 14 Reservas Extrativistas e 05 Áreas de Relevante Interesse Ecológico). As atividades nestas UC's contam com suporte técnico, operacional e administrativo das Gerências Executivas, Escritórios Regionais e dos Centros Especializados. São 17 Gerências Executivas I nos estados costeiros, das quais 12 localizam-se em capitais litorâneas, além de 15 Escritórios Regionais localizados em municípios litorâneos.

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi o primeiro Parque Nacional Marinho criado no Brasil, em 06 de abril de 1983, através do decreto presidencial 88.218. Seu objetivo principal é proteger amostras representativas de ecossistemas recifais, insulares e associados, onde se abrigam espécies da flora e fauna silvestre, destacando-se espécies endêmicas de corais, peixes recifais, aves marinhas e as baleias jubarte. Alguns pesquisadores afirmam ser a região de maior biodiversidade marinha da costa brasileira, ampliando a importância da unidade de conservação. Desde o início de sua implantação efetiva, em 1987, o Parque Nacional Marinho, doravante denominado Parnam, estruturou-se com uma estratégia definida, que teve características diferentes em cada época, adaptando-se, em parte, ao contexto do seu entorno imediato e às condições regionais, nacionais e internacionais.